

**ABUSO DE PODER.** Categoria teme enfraquecimento do Judiciário caso medidas mais rígidas passem a valer

## Juízes protestam contra novo projeto de lei

CARLA SERQUEIRA  
REPÓRTER

Unidas, as associações que representam os magistrados e promotores de Justiça iniciaram ontem uma mobilização nacional contra os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional com objetivo de reformular as prerrogativas das categorias. Na sede da Associação dos Magistrados de Alagoas (Al-

magis), no Centro de Maceió, juízes, promotores e procuradores da República rechaçaram o que classificam como tentativa de impedir as investigações contra os bandidos de colarinho branco, prestes a ser aprovada em Brasília.

Presidente da Almagis, a juíza Fátima Parauá foi a primeira a falar na manhã de ontem, quando em todos os estados da federação, evento parecido ocor-

ria com a mesma missão de esclarecer a sociedade sobre os riscos que as investigações, principalmente acerca da improbidade administrativa, sofrem no País. A magistrada fez questão de ressaltar que a luta que se inicia não é corporativista, já que os projetos de lei que tramitam no Congresso visam enfraquecer a competência de promotores e juízes diante de suspeitas de crimes que

afetam toda população.

“Não estamos aqui por uma luta corporativista, mas em defesa dos interesses da sociedade”, afirmou Fátima Parauá, que iniciou as palestras tratando do projeto que desvincula o subsídio dos magistrados e dos promotores do salário dos ministros do Poder Judiciário. “Esta é uma forma de retaliar as categorias. Somos todos da mesma correira jurídica. Te-

mos apenas divisão do trabalho, mas todos são do Poder Judiciário. Com este projeto, querem desvalorizar as carreiras”, ressalta.

A vice-presidente da Associação do Ministério Público de Alagoas, Adilza Freitas. A promotora de Justiça repudiou o projeto de lei 280, de autoria do senador Renan Calheiros, que já tramita no Congresso com pedido de urgência. A matéria trata da re-

formulação dos crimes de abuso de poder. “Este PL é muito danoso não só para a atuação dos magistrados e dos promotores, mas para toda a sociedade”. Segundo ela, caso o projeto seja aprovado, os promotores que ingressarem com ações judiciais mas que no final das investigações elas resultarem improcedentes, podem ser presos, pagar multa e até perder a função pública. 